

COMPATIBILIZAÇÃO DAS OPÇÕES EUROPEIA E ATLÂNTICA DE PORTUGAL

Cmdt Virgílio de Carvalho

I

INTRODUÇÃO

Desde 1987, ano em que publiquei o livro "Cumprir Agora Portugal", que jamais deixei de defender, repetitivamente, a preservação da Individualidade de país de Portugal (e não só a Identidade de nação que todas as outras da Península Ibérica apenas têm de certo por ela ser praticamente imperecível) no projecto de união europeia. E também de dizer que não é meu propósito opor-me a ele mas, tão somente, pugnar pela compatibilização da opção europeia com a mais segura opção histórica atlântica, nomeadamente para não se perder prestígio e poder negocial indispensável à consecução do melhor possível para Portugal no processo, até haver certezas que nos garantam suficiente Segurança.

Segurança que não o esqueçamos, é a mais sensível das Aspirações Universais do Homem, embora não mais importante que as outras duas, o Desenvolvimento e os Direitos Humanos. O que o povo dos EUA bem demonstrou ao ceder voluntariamente terreno, principalmente quanto aos Direitos Humanos, quando do horroroso ataque terrorista de que foi alvo em 11 de Setembro de 2001, para evitar que se repita. E também, de certo modo os povos sueco e dinamarquês que, em referendo, continuam a recusar aderir ao "euro" que é tido por grude indispensável à coesão do altamente fragmentário território europeu.

Por isso, começo por louvar e saudar o que tomei por reacção da AORN ao estado preocupante a que já chegou a Individualidade de Portugal, e por prevenir quanto ao que vou dizer estar naturalmente influenciado pela convicção de que num país - porque não é uma mera empresa - o seu

Desenvolvimento tem de ter em boa conta a preservação das suas Soberania e Segurança.*

II

COMO FOI CONSEGUIDA A INDIVIDUALIDADE DE PORTUGAL

A = Litoralização

Como sempre tenho feito, vou recorrer a citações de reputados historiadores e geopolitólogos nacionais e estrangeiros, para procurar deduzir Objectivos Nacionais Permanentes (ONP) do nosso País (que alguns dizem poder reflectir o Interesse Nacional que, no meu entender, deveria figurar, bem destacadamente, na Constituição da República), para dar uma ideia do processo que permitiu aos nossos seculares antepassados construir a Individualidade do nosso País.

Começando, antes do mais, por citar a afirmação do geopolitólogo do Século X «Mouro Razis» quanto a serem viáveis duas Espanhas na Península Ibérica, uma ao sol nascente e outra ao poente, esta ao correr das chuvas e dos rios para o mar; e por lhe juntar a de Teobaldo Fisher, quanto a não haver outra região na Península Ibérica tão intimamente ligada ao mar como Portugal, por grandes estuários que penetram profundamente até ao interior, Dir-vos-ia ainda que, num país como a Dinamarca (territorialmente constituída por urna península e algumas ilhas, com problemas prioritários de soberania com a hegemónica Alemanha idênticos aos nossos com a Espanha) até na sua propaganda turística se lembra, logo à cabeça, que o país tudo deve ao mar, e que a sua primeira prioridade de defesa é a Soberania.

* Texto da intervenção do Autor no 1º Encontro da Reserva Naval, Figueira da Foz, Setembro de 2003.

Jaime Cortesão afirmou que, *«ao dealbar do Século XII, o povo ocupou toda a costa e criou o gênero de vida nacional, a Nação organizou-se em função marítima e, por esse esforço de massas, Portugal começou a viver de vida própria»*; e eu lembraria que isto terá estado na base da autonomia do Condado Portucalense, que acabou por levar à proclamação da sua independência facilitada e concedida pelo Papa de então que começou por separar a Diocese de Braga da de Compostela, e acabou por fornecer a cooperação dos Cruzados na expansão do nóvel País para sul na fase que designarei por litoralização. Litoralização essa que aquele Papa deve ter julgado indispensável para que Portugal, consolidando a sua Individualidade de País, pudesse ser capaz de garantir a passagem segura nas idas e voltas daqueles guerreiros à Palestina para combater os «infiéis».

Entretanto, Hernâni Cidade confirmou *«ser a independência de Portugal uma solicitação do oceano, que levou a deslocar a capital para sul até Lisboa e a fazer da orla marítima zona da nossa mais febril, absorvente e fecunda actividade»*; e o marinheiro Antonio Sérgio admitiu ter sido ao fenómeno geral europeu de ao largo dos nossos estuários (situados a meio caminho entre as ricas Flandres e Itália), se ligarem às já então importantes linhas de navegação do Atlântico e do Mediterrâneo que se deveu a possibilidade de se conseguir a independência de Portugal, decerto pensando na burguesia marítima de imigrantes que, tal como a Lisnave dos nossos dias, preferiu instalar-se na central Lisboa. Quanto a Oliveira Martins, chamou à Lisboa do enorme estuário do Tejo *«cabeça de gigante em corpo de pigmeu, o maior embaraço à unificação dos estados peninsulares»*, (confirmado, por ser alvo prioritário histórico de bloqueios marítimos, invasões terrestres e tentativas de controlo económico), ao qual junto o também grande estuário do Sado e os portos artificiais de águas profundas de Leixões e de Sines, por formarem uma invejável rede propícia ao transbordo de cargas de grandes navios oceânicos para navios menores destinados a servirem pequenos portos costeiros e flúvio-marítimos europeus. E Daniel Boorstine, esse, disse que *«Portugal, sem nenhuma janela para o Mediterrâneo, mas com extensos rios*

navegáveis, voltou-se naturalmente para o Atlântico com um programa progressivo, sistemático, passo a passo, com um objectivo claro que exigiu forte apoio nacional, próprio de um grande protótipo de exploração moderna».

E lembro por fim que D. Dinis (tido por um dos príncipes mais cultos da Europa), fez de lavradores marinhos, que vieram um dia a fazerem-se também aviadores, como os comandantes Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que repetiram pelo ar a proeza do antepassado do primeiro, Pedro Álvares Cabral, com apoio em navegação astronómica usada pelo segundo com recurso ao sextante que modificou para o efeito, que foi levado pelo astronauta norte-americano Neil Armstrong na sua viagem à Lua em homenagem ao sucesso do método.

De tudo se devendo concluir que:

- a) o primeiro Interesse Nacional de Portugal continua a ser a preservação da sua Individualidade de País (não lhe basta apenas a Identidade de Nação); e
- b) o segundo é, conseqüentemente (como se fez com o Papa referido), preservar alianças de interesse mútuo com países necessitados de Segurança das suas rotas vitais que se cruzam no estratégico espaço Madeira-Continente-Açores, que a nossa preciosa e única Individualidade na Península Ihes pode proporcionar.

B = Atlantização

A segunda etapa da viabilização de Portugal como País foi a da atlantização, na sequência da derrota infligida pela Burguesia Marítima a fidalgos portugueses defensores do direito do rei de Castela ao trono de Portugal, no epílogo da crise dinástica de 1383-85. Etapa que se deveu à governação racional e competente do rei D. Dinis, o sábio «Lavrador» (da

terra e do mar) que, ao criar as bases culturais, técnicas e fabris do poder marítimo nacional (mercante e naval) possibilitou povoar e desenvolver Madeira e Açores, aumentando com mais maritimidade centrífuga as possibilidades de sobrevivência da Individualidade do Portugal assim feito *«quase-arquipelágico»*, o que levou a professora brasileira Therezinha de Castro a classificá-lo de *«país da Europa fora da Europa»*, o professor espanhol Miguel Unamuno a afirmar que *«o que faz Portugal é o mar»*, e Jaime Cortesão a produzir a admirável síntese da Grande Estratégia que fez de Portugal um património mundial: *«a história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território, o primeiro de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal voltado para o mar, o segundo para utilizar as vantagens da sua posição no Sudoeste da Europa à esquina de dois mares, o terceiro para explorar todas as possibilidades da sua posição em relação às partes restantes do planeta, conhecidas e por conhecer ...forjando a sua Individualidade na realização destes esforços e influenciando na história da humanidade»*.

Mas Portugal ficou um país com território altamente vulnerável, o que levou o astuto rei D.João II a deixar-nos a célebre prevenção testamentária quanto a ser indispensável conter os castelhanos em terra e batê-los no mar. Com o que o historiador americano Leslie Tambs parece concordar, ao asseverar que a Espanha é um país fraco, e natural adversário histórico das potências do mar, a menos que possa usufruir das potencialidades atlânticas de Portugal, o que poderá estar na origem do famoso «slogam» franquista *«por uma Espanha grande e livre, de mar a mar, sem Portugal nem Gibraltar»*. Propósito esse que parece transparecer da política do primeiro ministro J. M. Aznar ao declarar (ainda em campanha eleitoral), que tudo faria para ter as mais íntimas relações com os EUA, ao aliar-se a estes e à Inglaterra contra o terrorismo global (decerto para tentar partilhar com esta a soberania sobre Gibraltar, que ainda não conseguiu) e ao procurar substituir Portugal na condição de aliado principal daquelas potências, inclusive intrometendo-se com êxito na estrutura do Comando NATO sediado em

Oeiras. Para não falar da sua ofensiva recente para se introduzir na ZEE que a ONU concedeu a Portugal. E veremos ainda se a sua ofensiva diplomática de há dias junto de Kadhafi não terá a ver com um prémio dos EUA para ter a Espanha juntamente com a Inglaterra no controlo do veio petrolífero Nigéria-S.Tomé e Príncipe-Guiné Equatorial-Angola.

Entretanto recordo que, segundo o geopolitólogo francês Célérier, a localização de um estado determina em larga escala o seu papel internacional e a audição que tem no mundo; e que o americano Mahan asseverou serem as potências marítimas as mais ricas em tempo de paz e as mais vencedoras em tempo de guerra, mas avisando que o Poder Marítimo dum país decorre essencialmente do carácter do seu Povo e do seu Governo (isto é, da sensibilidade de ambos para as coisas do mar), acrescentando que, levando ela séculos a criar, uma única geração a pode deixar morrer. O que foi o que nos aconteceu, seduzidos pelo engodo do desenvolvimento fácil e rápido prometido pela adesão ao projecto europeu logo quando, futurólogos e cientistas já dizem poder estar à vista uma «civilização predominantemente marítima» face à necessidade premente de compensar as crescentes dificuldades políticas de acesso a regiões terrestres detentoras de riquezas estratégicas vitais, entre elas as petrolíferas e as mineralíferas.

Dificuldades de que já resultou a chamada «Revolução Estratégica» dos EUA, que parece a muitos visar a obtenção de bases no Iraque para garantir o maior controlo possível da vasta área petrolífera Médio Oriente-Mar Cáspio. O que, parecendo ter também lugar quanto ao veio marítimo petrolífero africano do Golfo da Guiné atrás referido, lembra a tese do inglês «seaman» John Evelyn: *«quem dominar os oceanos domina o comércio mundial; quem dominar este, comanda as riquezas do mundo; e quem dominar estas dominará o próprio mundo».*

O que parece um argumento mais para Portugal recuperar com toda a urgência a sua opção atlântica, «a do maior Desenvolvimento na maior

Segurança», de que faz parte a nossa aliança histórica com as potências marítimas que nos sucederam no controlo dos oceanos. Isto é, cooperar com elas para as ter conosco, não as hostilizar; e tentar conseguir o mesmo do grande país irmão Brasil, lembrando-lhe o testamento do pai da sua geopolítica, Golbery do Couto e Silva, quanto a ser obrigação dele procurar preservar o importante legado histórico lusófono no caso de Portugal se mostrar incapaz de o fazer sozinho.

III

VULNERABILIDADES DO TERRITÓRIO NACIONAL

Acontece que o território nacional tem como vulnerabilidades principais, exploráveis por competidores, as seguintes:

- a descontinuidade própria da sua arquipelagia, que é tida pela segunda mais perigosa condição de fragmentaridade potencial de países; e também a terceira, decorrente de o Continente ser uma estreita e comprida faixa norte-sul, divisível em sectores Norte, Centro e Sul, que o castelhano Godoy quis explorar aquando da primeira invasão napoleónica, prometendo ao então aclamado «rei Junot» o Norte de Portugal, e reservando o Centro e Sul para a Espanha, o que parece repetir-se agora com a teimosia de J. M. Aznar de nos impor um TGV de Madrid para Lisboa via Badajoz (onde se diz irá ficar um mega-aeroporto de carga para ligar Madrid aos nossos portos de águas profundas de Sines, Setúbal e Lisboa) capaz de vir a fazer dela a capital económica, financeira e diplomática da Península;
- o que parece estar a acontecer com os chamados Noroeste Peninsular e Sudoeste Ibérico, pontos de aplicação possível de tenazes estranguladoras do nosso País com fulcro na central Castela, do que pode ser exemplo a falada cooperação entre estaleiros navais espanhóis e portugueses do Minho e do Algarve.

Tudo razões mais que suficientes para se dever pensar numa estrutura de Governo (talvez com um vice-primeiro ministro) capaz de acompanhar de perto casos redutores da soberania e do potencial centrífugo do nosso País.

Vulnerabilidades essas a par do que o poeta-estratego Fernando Pessoa chamou de «não lusitanidade íntima que, a não ser curada, seria a morte mesmo», e do desprezo pela cultura histórico-estratégica e militar.

Além disso, França e Espanha, cujos mares atlântico-mediterrânicos têm o nosso como incômoda solução de continuidade, poderão sentir-se atraídas a aproveitar falhas de segurança neles para as colmatar com meios navais e aéreos seus. E os EUA e a Inglaterra continuarão a ter os Açores como trampolim indispensável para poderem intervir com êxito no exterior, para o que estão a reestruturar as suas FA visando assegurar o seu acesso a regiões em que dizem pensar estar a gerar-se grave ameaça aos seus interesses petrolíferos protagonizada por ditaduras com armas estratégicas ameaçadoras do equilíbrio e da paz mundial. O que nos deve levar a procurar dispor de FA capazes de prometer segurança suficiente no território nacional e, também, capacidade interessante para cooperação com os nossos aliados históricos no exterior.

IV

OUTRAS SUGESTÕES

O nosso território, com três parcelas distando cerca de 1.000kms umas das outras, precisa do mesmo tipo de Forças Armadas que felizmente, em obediência aos princípios estratégicos da Concentração, Economia de Forças,

Unidade de Comando e Mobilidade, tanto podem servir para acções domésticas como externas.

Para o que nos convirá ter (para além das clássicas forças de defesa territorial) forças terrestres especiais tipo «marine» (comandos-fuzileiros-paraquedistas), a fazer pensar se não será conveniente integrá-las no Exército (inclusive para preservar equilíbrio inter-armas) transportáveis por ar ou por mar.

O que não constitui sequer novidade, pois fomos também pioneiros de forças tipo «marine», como o comprovam o posto de capitão-de-mar-e-guerra ainda existente e o de sargento-de-mar-e guerra de militares de forças terrestres que embarcavam nas naus como artilheiros, e ainda o facto de os próprios «Afonso de Albuquerque» tanto combaterem no mar como em terra. Como aconteceu já com o general «marine» inglês que geriu a crise nas Malvinas e o norte-americano que está ou vai estar no comando da área NATO do Atlântico, embarcado num navio logístico polivalente e de comando de forças terrestres, aéreas e navais a contar com um porto de abrigo já pedido a S. Tomé e Príncipe, para lhe facilitar estadas prolongadas.

Quanto ao projectado navio logístico polivalente para nós, quis o destino que me coubesse, como comandante do petroleiro de esquadra S. Gabriel (adaptado a navio de comando e apoio a forças de desembarque) comandar uma pequena força aeronaval constituída para efectuar o primeiro exercício de desembarque de um batalhão de fuzileiros numa praia no sul do País. Do que decorreu ter-me apercebido da conveniência de dispormos de um navio desse tipo, como o holandês Poolster, tese que vim a defender como aluno e como professor do Instituto Superior Naval de Guerra, a par da actualização da cadeira de Estratégia, que até aí versara principalmente a relacionada com as guerras no Ultramar, organizada e ministrada pelo Almirante Manuel Pereira Crespo, a que procedi também nos Institutos da Defesa Nacional e de Altos Estudos do Exército e da Força Aérea, que tenho

publicado desde então, repetitivamente, em livros e artigos de opinião. O que a revelação da supracitada pretensão dos EUA de dispor de um porto de abrigo para um navio seu daquele tipo em S.Tomé e Príncipe, parece oportunidade para nos candidatarmos a uma cooperação com os EUA e a Inglaterra; fazendo-me pensar ser muito urgente dispormos de facto de um navio deste tipo, emprestado ou adaptado a partir de um outro petroleiro de esquadra, o que já sugeri em artigo de opinião no Jornal de Notícias. É que, sem Forças Armadas compatíveis com a importância para os aliados de que precisamos para preservar a nossa Soberania e colaborar na dos PALOP, e para preservar o nosso poder negocial na NATO e na UE, corremos o risco lembrado por Leslie Tambs (atrás referido) de nos substituírem pela Espanha no nosso "mar total», norte - atlântico e sul - atlântico.

Entretanto, acontece que não fomos apenas pioneiros da navegação marítima comercial, fomo-lo também da aérea comercial com a proeza dos comandantes Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Do que ocorreu lembrar-me:

- juntar à cabotagem marítima para a Europa a aérea, para criar uma alternativa competitiva e diversificante quanto às ligações terrestres via Espanha, no espírito empresarial numa nova descoberta do caminho marítimo e aéreo, capaz de criar muitos mais postos de trabalho e fontes de desenvolvimento económico centrífugo nos pólos portuário-aeroportuários de águas profundas do nosso litoral do que as terrestres;

- pugnar por uma Comunidade Transatlântica (económica e política, além de militar) que foi proposta pelo Presidente G. Bush em 1990, por ter julgado ser indispensável para preservar o equilíbrio geopolítico global, tendo em conta o natural aparecimento de novas superpotências como a China e a Rússia que continua interessada em reunir a sua federação numa Comunidade de Estados Independentes (CEI); que é também vantajosa para a coesão do disperso território quase-arquipelágico nacional e para pôr termo à sua periférica situação actual no projecto da UE ;

- pugnar por uma UE confederal de países, experimental, não para já por uma federação de nações, face às divisões profundas oportunamente

reveladas pela crise do Iraque e pela nova corrida aos recursos económicos naturais da África;

- recuperar o «carácter» do povo e do Governo, incentivando a cultura histórico estratégica, militar e técnica do País, para que Opinião Pública, Governo, Oposição, agentes técnicos, etc., possam estar todos no mesmo barco da recuperação do País; criando para o efeito uma Universidade de Defesa (por desenvolvimento do Instituto da Defesa Nacional) disposta no mínimo de um Colégio de Defesa Militar a frequentar em comum por militares e políticos do mais alto gabarito (uma vez que a Defesa é para ser chefiada por civis na governação e na gestão de crises), e de um Colégio de Estudos Lusófonos para investigação de interesses comuns aos países da CPLP, a frequentar e a gerir colegialmente por especialistas de todos os países membros e ministrando tal tipo de cultura em estabelecimentos que ensinem comunicação social para que as análises jornalísticas de acontecimentos passem a ser além de meramente descritivas, também prospectivas, visando o planeamento estratégico e a preparação da opinião pública para poder apreciar e intervir na governação do País através do voto e do referendo;

- reformular a Constituição da República, para a tornar mais confiável, sintética e objectiva para que fique mais acessível e interessante para o cidadão comum, e para acabar com a possibilidade de um Chefe de Estado vir a ser escolhido por Oposições para tentar travar decisões governamentais de que não gostem, o que, em democracia autêntica, compete apenas ao povo pela via do referendo;

- criar um autêntico serviço nacional de Inteligência Estratégica (separado das chamadas «Secretas»), guarnecido exclusivamente por especialistas do mais alto gabarito intelectual, ético e moral e espírito de independência e frontalidade, trabalhando apenas informação aberta em gabinete de porta aberta, o que tratados sobre o assunto dizem poder satisfazer cerca de 84% do que qualquer país precisa para formular as suas grandes opções, o que eu próprio pude comprovar na chefia deste tipo de serviços;

- porque Portugal não é mera empresa, é um País (com território história e povo muito próprios) necessitado de fazer dos seus litoral, rios navegáveis (com portos «flúvio-marítimos» de que falava Jaime Cortesão), e vias terrestres a eles paralelas, locomotivas de desenvolvimento centrífugo do País todo, de que a China está a ser bom exemplo com um espantoso crescimento económico que já tem rondado a média anual de 10% , e também a Suíça (que passa por ser o país mais rico do mundo) que sai para o mar por Roterdão, a partir do seu porto flúvio-marítimo de Basiléia no rio Reno, tendo em atenção as opiniões do Mouro Razis e de Unamuno, e que mais de 70% dos cidadãos do mundo preferem viver a menos de 50km do mar, em virtude de nos litorais encontrarem maior diversidade de oportunidades, nomeadamente pescas, agricultura, turismo de veraneio, pólos portuários-aeroportuários de inigualável desenvolvimento económico e cultural, etc ;

- recorrer a uma espécie de «Reserva Activa» de reformados precoces ainda detentores de precioso «knowhow» técnico essencial à recuperação da competitividade e do prestígio do País, como modo de suprir a falta de interesse de exagerado número de jovens pelas matemáticas e pelas ciências;

- aproveitar o melhor possível as potencialidades do importante fluxo imigratório que temos estado a receber, tendo em conta que somos um país de imigrantes que nos doaram a competitividade e a ousadia que construíram o nosso glorioso passado, como aconteceu com os EUA, urna vez que, normalmente, eles são os que dispõem de maior vigor e vontade de vencer;

- desenvolver o turismo de veraneio no Continente e nas Regiões Autónomas, agregando-lhe a exploração da nossa história político-religiosa única por exemplo as relacionadas com os Descobrimentos, o Mosteiro da Batalha e Tomar, Alcobaça, Fátima, etc.

E, antes de termínar lembraria que a lamentação de que somos um País pequeno praticamente sem recursos económicos naturais, não pega: pois a diminuta Singapura, que é apenas um pólo portuário-aeroportuário situado sobre densas rotas oceânicas (como acontece com Portugal) tem sido par dos

EUA como país mais competitivo do mundo, dizendo os seus líderes que por ser mais fácil gerir um país pequeno que um grande; o Japão, com escassos recursos económicos naturais, regozija-se com o ter sido obrigado por isso a jogar tudo no desenvolvimento do seu factor humano. E lembraria ainda que a grande massa da população dos EUA se concentra nos seus dois litorais e que apenas menos de 4% dela se radicou no vastíssimo interior, que até produz a mais competitiva agricultura do mundo.

Abordei apenas o que me pareceu essencial do que escrevi, para respeitar o tempo que me foi concedido. E deixei para o fim o que me pareceu mais importante. o facto de o tratamento especial que foi dado pela Marinha aos oficiais da Reserva Naval, que na altura mereceu muitas críticas dos outros ramos das FA.

Mas agora, que o País precisa como de pão para a boca de cidadãos com cultura histórico-estratégica, geopolítica e militar, e de grandes figuras públicas, para ser reposto na sua rota histórica, eis que V.Ex.^{as} parecem dispor-se ao combate com essa preciosa cultura para defender o nosso Portugal culturalmente desarmado. O que poderia ter enchido de júbilo o rei sábio D. Dinis se a tal pudesse ter assistido. Mas o que posso é garantir-vos que esta vossa iniciativa teve em mim esse efeito, ao ver, ao fim de dezassete anos de bradar num deserto de ouvidos fechados, que se lembraram de mim.

Para terminar mesmo, deixaria o seguinte aviso solene: a UE corre riscos de ter de se ficar por uma espécie de EFTA, par do NAFTA da América do Norte (Canadá, EUA, México), nomeadamente por o decisivo grude do «euro» continuar a ser recusado pelas monarquias do Norte de povos que continuam bastante ciosos da sua Soberania.

A hegemónica castelhana Espanha parece estar a tentar pôr em prática a sugestão de estratégia de Leslie Tambs para deixar de ser um «país fraco, natural adversário das potências do mar», procurando usufruir das valiosas

potencialidades «do mar que faz Portugal ». No Atlântico Norte seguramente, e até talvez no Golfo da Guiné quanto ao veio petrolífero que passa também pela hispânica Guiné Equatorial das ilhas de Ano Bom e Fernando Pó (co-arquipelágicas de S. Tomé e Príncipe), e do território africano de Rio Muni. Doutro modo, como se explica que , estando tão perto da Europa Central, procure controlar os periféricos portos de águas profundas portuguesas essenciais à cabotagem marítima da UE? Tudo isto enquanto o Presidente do Brasil parece, por razões de política interna, mais interessado em antagonizar os EUA com um Mercosul ibero-americano.

Para mim, afigura-se-me verdadeiramente providencial o despertar da AORN, em cujo seio está um núcleo muito forte da «Reserva Activa» do nosso País, com capacidade, prestígio e número para ajudar a repô-lo no seu caminho soberano. A começar por tentar informar com clareza o povo dos riscos que estamos a correr, de forma a que a comunicação social mais independente possa cooperar. Por isso, vou deixar-lhes alguns volumes do meu último livro, já lançado, mas ainda não distribuído, com que penso poder pôr termo aos meus esforços. E pergunto-vos se vos poderia interessar que eu, como membro do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência Nacional, tentasse que esta sessão pudesse ser repetida, com os mesmos ou outros conferencistas, nas históricas instalações dela em Lisboa, para uma audiência a propor pela AORN.

20.09.03

Virgílio de Carvalho